

DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: consequência ou entrave ao crescimento econômico?

Thaís Assunção Nunes¹

RESUMO: O presente artigo teve como intuito investigar a desigualdade econômica brasileira, analisando se tal desequilíbrio consiste em uma consequência ou um entrave ao crescimento econômico do país. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do crescimento econômico e das várias teorias propostas acerca do tema, discorrendo sobre as principais, como a corrente clássica de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, a corrente Keynesiana, defendida por Damodar-Harrod e Kaldor, a corrente neo-clássica, de Solow e o crescimento endógeno (modelos de Lucas e Romer). Apresentou-se o que vem a ser a desigualdade, sob seus diversos enfoques e, mais precisamente, a desigualdade de renda. O referencial teórico utilizado foi a hipótese de Kuznets, que afirma que a desigualdade de renda tende a crescer e, posteriormente, a diminuir, ante o crescimento econômico de um país. Assim, buscou-se verificar se o chamado “U invertido” de Kuznets tem sua aplicação corroborada no cenário brasileiro. A partir de tais estudos, chegou-se a conclusão que a desigualdade social é, simultaneamente, gerada pelo crescimento econômico e um obstáculo a esse mesmo crescimento, bem como inexistem alterações significativas no quadro de acesso às garantias e direitos básicos dos cidadãos brasileiros nos últimos anos, mesmo em face dos investimentos econômicos realizados, rechaçando assim a hipótese de Kuznets. Conclui-se, ainda, que a desigualdade pode ser atenuada por intermédio de políticas públicas efetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento Econômico. Desigualdade de Renda. Curva de Kuznets.

INCOME INEQUALITY IN BRAZIL: CONSEQUENCES OR CONSTRAINTS OF ECONOMIC GROWTH?

ABSTRACT: This article aims to investigate the Brazilian economic inequality, analyzing if such imbalance is a consequence or an obstacle to the economic growth of the country. To this end, a bibliographic research was conducted about economic growth and the various theories proposed on the subject, discussing the main ones, such as the classic stream of Adam Smith, David Ricardo and Thomas Malthus, the Keynesian stream, defended by Damodar-Harrod and Kaldor, Solow's neoclassical current, and endogenous growth (models by Lucas and Romer). What is presented is inequality, under its various approaches, and, more precisely, income inequality. The theoretical framework used was the Kuznets hypothesis, which states that income inequality tends to increase and, subsequently, to decrease, given the economic growth of a country. Thus, we sought to verify if the so-called “inverted U” of Kuznets has its application corroborated in the Brazilian scenario. From these studies, it was concluded that social inequality is simultaneously generated by economic growth and an obstacle to this same growth, and there are no significant changes in the framework of access to guarantees and basic rights of Brazilian citizens in recent years. even in the face of the economic investments made, thus rejecting the Kuznets hypothesis. It is also concluded that inequality can be alleviated through effective public policies.

¹ Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Unicathedral; Procuradora Municipal de Barra do Garças; Mestranda em Direito Constitucional Econômico.

KEYWORDS: Economic Growth. Income Inequality. Kuznets Curve.

1. INTRODUÇÃO

O neoliberalismo do final do século XX originou a ideia de que o crescimento econômico seria a solução para todos os problemas sociais. Esse entendimento, legitimado pelas recomendações dos organismos internacionais nesse sentido, fizeram com que as políticas públicas se voltassem exclusivamente para o desenvolvimento econômico, visto como salvador dos principais males que assolavam, e ainda assolam, os países, especialmente os em desenvolvimento, quais sejam a pobreza e desigualdade.

Ocorre que, apesar das políticas públicas voltadas para o crescimento econômico, diferentemente do que era esperado, não houve redução na desigualdade, nem nas regiões periféricas e tampouco nos países desenvolvidos.

Vários foram os estudiosos que envidaram esforços para decompor essa relação entre o crescimento econômico e a desigualdade. Dentre eles, Simon Kuznets (1955) analisou a relação entre a desigualdade de renda e o crescimento econômico embasado em dados extraídos dos Estados Unidos (EUA), Inglaterra e Alemanha (Saxônia e Prússia).

O referido autor engendrou seus estudos questionando sobre a ocorrência de decréscimo ou acréscimo da distribuição de renda em face do crescimento econômico, bem como as características e causas que acarretariam as alterações na distribuição de renda, chegando à conclusão de que haveria um declínio da desigualdade ao longo do tempo.

Em suas pesquisas Kuznets utilizou como parâmetro uma economia dualista, ponderando as atividades econômicas tradicionais agrícolas de um lado e, de outro, as atividades industriais, consideradas mais produtivas e rentáveis. Percebeu que tal declínio na desigualdade ocorre tão-somente, nos países desenvolvidos, nas fases finais do crescimento econômico. No entanto, nas fases iniciais de transição das atividades agrícolas para as atividades industriais a desigualdade tende a crescer.

Assevera Kuznets que a concentração de renda, observada no início da industrialização, é causa e efeito da seguinte circunstância: a produtividade *per capita* nessa atividade aumenta mais rapidamente do que na seara agrícola, onde os profissionais são menos qualificados e possuem salários inferiores, em oposição aos profissionais das atividades industriais, que são mais capacitados e melhor remunerados, somado ainda ao crescimento da população.

No entanto, Kuznets aduz que essa desigualdade não é linear e tende a se reduzir à

longo prazo, pois com o crescimento econômico advém diversos benefícios à coletividade como acesso à saúde, educação e politização de seus membros, o que, em tese, amenizaria as desigualdades sociais.

Frente a tal averiguação, o autor expõe que a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda tem a forma de um “U invertido”, onde a desigualdade inicialmente se eleva, estabiliza posteriormente e, por fim, é reduzida à medida que a economia evolui.

Contudo, resta o questionamento: é possível a aplicação da hipótese de da Curva Kuznets aos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil?

Como analisaremos, apesar da existência de muitos estudos sobre o tema, não há consenso entre os autores a esse respeito, não tendo os estudiosos chegado a um entendimento pacificado sobre a incidência da hipótese da Curva de Kuznets em países periféricos.

Deste modo, sendo a hipótese da Curva de Kuznets um assunto que demanda ainda bastantes questionamentos, tomamos-na como parâmetro teórico na confecção deste artigo.

2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE DE RENDA

Tradicionalmente, crescimento econômico pode ser conceituado como a expansão da capacidade de uma economia, de um país ou região, de produção e consumo de serviços e bens, em determinado lapso temporal comparado a outro.

Na maioria das vezes, o crescimento econômico é medido em função do Produto Interno Bruto – PIB, aferido de um período de tempo específico, sendo importante salientar que outras métricas econômicas também podem e são utilizadas, mas em menor escala.

É possível analisar o crescimento econômico com base na produtividade econômica, avaliada no país como um todo, ou, ainda, em decorrência do aumento da produtividade média de cada trabalhador. Também é possível haver crescimento econômico sem que necessariamente ocorra aumento na produtividade média, nos casos em que ocorram imigrações acima da média em determinadas ocasiões ou elevação nas taxas de natalidade da população.

Por seu turno, diversas teorias foram propostas acerca do crescimento econômico, podendo ser citadas, além de outras mais contemporâneas, a corrente clássica, de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus; a corrente Keynesiana, defendida por Damodar-Harrod e Kaldor; a corrente neo-clássica, de Solow; e o crescimento endógeno (modelos de Lucas e Romer).

A corrente clássica, datada dos séculos XVIII e XIX, disciplinava que existe um limite máximo ao crescimento econômico, e tal limite seria imposto pela quantidade de terra arável

de uma nação. Um de seus defensores, Thomas Malthus, explicitava que o crescimento econômico das nações em muito se assemelhava ao das antigas tribos, o que se daria em círculos constantes, onde a população de determinado território crescia até um ponto onde se tornava insustentável a vida em comum, em decorrência da escassez de comida e espaço, acarretando por isso a emigração de seus componentes, bem como muitas mortes por doenças e pela guerra, o que diminuiria a população, que, por sua vez, voltaria a crescer após esse abatimento.

No mesmo sentido, Sócrates defendia que o crescimento econômico estava atrelado à capacidade de terra arável, que, segundo ele, apresentava rendimentos marginais decrescentes devido ao desgaste dos nutrientes e esse fator limitava o crescimento das nações até um ponto de *steady state* (estado estável).

John Maynard Keynes confeccionou sua teoria baseada na premissa de que existe uma relação direta entre o coeficiente de investimentos de uma nação e o aumento de seu Produto Interno Bruto – PIB. Tal corrente, ilustrada pelo modelo de crescimento de Damodar-Harrod, dispõe que a taxa de crescimento de um país é decidida pelos seus investidores, que definem o grau de investimento conforme suas expectativas, expectativas essas que ditarão os níveis de investimento a longo prazo. Tais expectativas, na teoria Keynesiana, são chamadas de “espírito animal” (em inglês, *animal spirits*), termo que Keynes utilizou em seu livro *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936) para descrever emoções que influenciam o comportamento humano e podem ser medidas em termos de confiança do consumidor.

A corrente neoclássica de Robert Solow buscou demonstrar que o produto *per capita* é uma função crescente da razão entre capital e trabalho. Assim, ele apresentou como fonte de crescimento econômico o acúmulo de capital, o crescimento da força de trabalho e as alterações tecnológicas. Segundo Solow, a força de trabalho aumenta naturalmente, exógena ao modelo por ele proposto, sendo então necessária uma poupança *per capita*, chamada de “alargamento do capital” ou expansão da força de trabalho, para subsidiar o provisionamento de novos trabalhadores com uma quantidade de capital *per capita* simétrica aos demais trabalhadores já existentes. Outra parte da poupança será utilizada para afiançar a não depreciação do capital, sendo denominada “aprofundamento do capital”.

O primeiro modelo de crescimento endógeno teve como precursor o economista português Rebelo, que assevera que o capital da produção do país é a soma do capital humano com o capital físico. Tal constatação deflagrou a edição de outros modelos, como os modelos de Romer e de Lucas, das décadas de 80 e 90, onde se afirmam que o conhecimento é a mola propulsora do crescimento, dando ênfase à intervenção estatal, considerando-se que o ótimo coletivo se sobrepõe ao ótimo privado.

No entanto, ainda na atualidade, muitos são os pesquisadores que buscam compreender o fenômeno do crescimento econômico.

2.1. Dados sobre a desigualdade de renda no Brasil

A desigualdade social é gênero do qual comporta várias espécies: a desigualdade de gênero, de raça, de oportunidade, de resultado, de escolaridade, de renda, entre outros.

A desigualdade econômica, conhecida popular e imprecisamente como desigualdade social, é aquela decorrente da má distribuição de renda em uma nação.

No Brasil, segundo dados de uma pesquisa da Oxfam Brasil² – uma organização não governamental integrante de uma entidade internacional – publicada no mês de abril de 2019, “a percepção pública de pobreza é dissonante quando comparada aos critérios hoje utilizados mundialmente”:

A pobreza no país afetava cerca de 15 milhões de pessoas em 2017, segundo o critério-base do Banco Mundial, que traça a linha a um rendimento de US\$ 1.90 por pessoa/dia – algo em torno de R\$ 210 domiciliar per capita/mês. Considerando o critério adicional do Banco Mundial para países de Upper-middle Income Economy, como é o caso do Brasil, calcula-se também a taxa de pobreza a US\$ 5.50 por pessoa/dia – cerca de R\$ 400 domiciliar per capita/mês pela paridade de poder de compra. Sob esta régua, o Brasil tinha, em 2017, cerca de 55 milhões de pessoas pobres. Para apenas 11% dos brasileiros, um indivíduo pode ser considerado pobre com rendimentos de até R\$ 210, e para 16% a pobreza é definida por rendimentos individuais não maiores do que R\$ 400. Dois em cada três entrevistados acham que a linha da pobreza começa nos R\$ 701 mensais, sendo que 53% acham que ela está entre R\$ 701 e R\$ 1.000 – este último próximo ao valor do salário mínimo atual.

No entanto, mesmo que uma parte da população brasileira não se auto intitule como dentro da linha de pobreza, a maioria dos indivíduos almejam a redução das desigualdades, conforme apontou a mencionada pesquisa.

Historicamente, a vontade popular logrou inserir em nossa Constituição Federal de 1988 “a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos fundamentais da República”. Passados mais de 30 anos da promulgação da Carta Magna, tal objetivo continua tendo amplo suporte popular. De acordo com a pesquisa de opinião, o progresso do Brasil está condicionado à redução de desigualdade entre ricos e pobres para 86%

² https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_nos_e_as_desigualdades_datafolha_2019.pdf

dos brasileiros. (...) a concordância com essa premissa é total para a ampla maioria dos entrevistados. Considerando diferentes faixas de renda (de até um a mais de cinco salários mínimos), tal concordância é igualmente ampla, com variação pequena de 85% a 89%.

Essa desigualdade, para alguns pesquisadores, ainda é atribuída ao Brasil-Colônia, afirmando que a influência europeia, a escravidão e os grandes latifúndios são os remotos pilares que justificam a atual situação brasileira de desequilíbrio de renda.

Importante ressaltar que esses elementos contribuíram, de certo modo, para a severa disparidade de renda no Brasil, mas esses não são os únicos responsáveis pelo desequilíbrio financeiro entre os cidadãos, sendo o processo de modernização e o crescimento econômico, ocorridos especialmente a partir do século XIX, considerados os corolários da desigualdade.

Cresceu a economia brasileira e com ela a alarmante concentração de renda, o desemprego, a miséria, a fome, a mortalidade infantil, a pouca escolaridade, a violência, a desnutrição, etc.

Por sua vez, a percepção entre as pessoas de que esse cenário possa melhorar, por intermédio da capacitação acadêmica ou do trabalho, não tem variado com o passar dos anos, de acordo com os dados apresentados pela referida pesquisa da Oxfam Brasil.

Entre 2017 e 2019, variou um pouco a percepção de que, por meio do trabalho e dos estudos, as chances de uma pessoa pobre se nivelam àquelas de uma pessoa rica. De acordo com a pesquisa, 58% da população duvidam e 41% concordam que “uma pessoa de família pobre que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma pessoa nascida rica e que também trabalha muito”. Em 2017, esses números eram 60% e 38% respectivamente. Em relação à educação como caminho para a equalização de oportunidades, há empate técnico. São 51% dos brasileiros e brasileiras que não creem que “uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem-sucedida que uma criança nascida em uma família rica”, contra 49% que acreditam nisso. Em 2017, tais valores eram 55% e 43%, respectivamente. Ou seja, mesmo com maioria das pessoas entrevistadas percebendo os desafios para que as pessoas pobres possam ter uma vida melhor, uma grande parcela da população ainda não percebe que a mobilidade social depende de uma combinação de políticas e fatores sociais, econômicos e territoriais que vão além do esforço individual. Nascer em favelas e nas periferias de grandes centros urbanos, ser negro ou negra define, em diferentes aspectos, o futuro de cidadãs e cidadãos do nosso país.

Por sua vez, a população em sua maioria entende que é dever do Estado implementar políticas que combatam as desigualdades:

O apoio dos brasileiros à ação de governos no combate às desigualdades aumentou em 2019 em relação a 2017. Hoje, 84% dos entrevistados concordam total ou parcialmente com a afirmação de que, “em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres”, um aumento de 5% em relação a 2017. Entre aqueles com rendimentos de até um salário mínimo, esse apoio é de 83%, chegando a 85% no caso das pessoas com rendimentos superiores a 5 salários mínimos. Como mostra o Gráfico 14, houve um crescimento em ambas as faixas nos últimos 18 meses, ainda que não seja possível dizer que isso é uma tendência.

Segundo a pesquisa há concordância de que a ação governamental deve visar a diminuição de desigualdades regionais para 88% dos entrevistados. A transferência de recursos públicos para a equalização de serviços em Estados onde eles são ruins tem o apoio de 86% das pessoas. Quando testadas as opiniões sobre o caráter das políticas públicas – universais, focalizadas ou não realizadas pelo Estado – percebe-se uma forte tendência universalista e pouquíssimo espaço para visões privatistas dos serviços públicos. Este é mais um conjunto de opiniões que suporta os princípios constitucionais firmados pela nossa sociedade em 1988, através da Constituição Federal. Como apontado no Gráfico 15, o apoio a políticas universais varia entre 64% e 75% das respostas, a depender dos serviços testados. No caso da educação, 64% dos brasileiros acreditam que o governo deve prover creches e universidades para todos, enquanto 33% preferem que seja somente para quem não puder pagar. No caso do ensino fundamental e médio, o apoio à oferta universal chega a 75%, com apenas 22% apoiando a focalização naqueles sem condições financeiras para pagar. Olhando para as políticas de saúde, a relação universalidade vs. focalização é de 70% vs. 29% no caso de cirurgias e tratamentos para doenças graves, 68% vs. 30% no caso de exames médicos, e 73% vs. 25% para atendimento em postos e hospitais.

2.2. Relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico

A controversa relação entre o crescimento econômico e a desigualdade de renda é tema remoto e salutar na história do pensamento econômico.

A convicção comum seria a de que, com o crescimento econômico haveria um acréscimo na procura por mão de obra não qualificada, oriunda dos indivíduos menos favorecidos economicamente na sociedade, o que, por óbvio, aumentaria o número de empregos e, por consequência, a produtividade. Com o aditamento da produtividade os salários tendem a ser melhores, diminuindo assim a desigualdade e propiciando mais crescimento econômico.

Esse argumento é corrente nos meios empresariais e remete à ideia de que o crescimento econômico deve ser precedido pela concentração de renda de uma minoria socialmente abastada que ofereceria emprego aos demais indivíduos da comunidade. Essa minoria teria o papel de gerar riquezas, enquanto aos menos favorecidos caberia a função de se

subordinar aos seus privilegiados empregadores. Deste modo, tem-se a ilusão de uma classe superior e provedora em detrimento de uma maioria inferior e incapaz de empreender e gerar riqueza.

Para os pensadores liberais, a desigualdade de renda é oriunda da pouca liberdade econômica.

Milton Friedman³, economista, estatístico, escritor norte-americano e líder da escola de economia de Chicago, defende que o problema em si não é a desigualdade de renda e sim a miséria.

Para ele, é preferível um país com maior desigualdade entre as classes sociais, mas com baixíssima miséria, do que um país menos desigual com alto índice de miseráveis.

Aduz Friedman que a desigualdade econômica é um fato natural do mercado e das diferenças entre as pessoas e o curso de suas vidas. Assevera ele que a igualdade absoluta é uma utopia, pois se as pessoas são iguais perante a Lei e quanto à ética, é irrefutável dizer que são diferentes quanto a capacidade de produção de riquezas e de tomadas de decisões que visam o melhoramento de suas próprias vidas. Logo, segundo Friedman, uma isonomia da igualdade econômica é algo impraticável e até mesmo indesejável, pois uma grande massa populacional com uma repartição de riquezas equivalente entre si, fomentaria a miséria "por baixo" e inviabilizaria a troca de valores entre essas pessoas, não conseguindo mais gerar riqueza.

Recentemente, mais precisamente no mês de junho de 2019, em duas oportunidades distintas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que a desigualdade social, que se mostra crescente em quase todas as nações, atrapalha o crescimento interno do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, constituindo-se ainda como fator desestabilizador para a coesão social e política⁴.

Assegura o FMI que o crescimento econômico auxiliou na melhoria de vida de milhões de pessoas, visto ter criado inúmeras oportunidades de empresa, contudo a “desigualdade aumentou em diversas economias avançadas e permanece teimosamente alta em muitas que ainda estão se desenvolvendo”. E tal fato, de acordo com o Fundo, é preocupante, pois pesquisas mostram que a persistente ausência de inclusão social “pode afetar a coesão social e prejudicar a sustentabilidade do próprio crescimento”.

³ FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*. Chicago: The University of Chicago, 1962.

⁴ Texto *Growth That Reaches Everyone: Facts, Factors, Tools* (“Crescimento que atinge a todos: fatos, fatores e ferramentas”, em tradução livre), publicado no blog do FMI em 20 de setembro. Autores: Rupa Duttagupta (vice-diretora do Departamento de Estudos Econômicos Mundiais do FMI); Stefania Fabrizio (segunda no comando do Departamento de Estratégia, Políticas Públicas e Revisão) e Davide Furceri e Sweta Saxena (economistas seniores do FMI).

O Fundo Monetário Internacional aduz que, além da desigualdade salarial, a falta de inclusão se manifesta também por intermédio do acesso desigual a empregos e serviços básicos, como saúde, educação e lazer; pelas altíssimas taxas de mortandade em determinados segmentos da sociedade; pela desigualdade de gênero, que “levou a diferenças persistentes em [níveis] de saúde, educação e renda entre homens e mulheres em grandes partes do mundo”; pela deficiência de acesso ao sistema bancário e financeiro; e pelo incremento da tecnologia, que “aumentou a demanda quase que exclusivamente por trabalho qualificado, enquanto o comércio em algumas oportunidades deslocou os trabalhadores menos qualificados”.

Entretanto, os economistas do Fundo não se ativeram apenas em explicar acerca dos problemas gerados pela desigualdade, mas asseveraram que a solução para essas celeumas não está em estagnar as reformas que aumentem a produtividade e o crescimento, mas em “focar em políticas que oferecem oportunidades para todos”.

Logo, percebe-se que a desigualdade de renda é, simultaneamente, consequência e entrave ao desenvolvimento econômico das nações.

3. A HIPÓTESE DE KUZNETS E SUA VALIDADE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Simon Kuznets foi um dos primeiros estudiosos a se debruçar sobre a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico. Seus estudos originaram a relação definida por Kuznets como a hipótese do U invertido⁵ (KUZNETS, 1955, p. 26).

Em seu trabalho, para analisar a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico, Kuznets utilizou um modelo dual com um setor agrícola e um setor industrial, este último mais dinâmico e moderno.

De acordo com o autor, a desigualdade de renda aumentaria a curto prazo, mas com o crescimento econômico, diminuiria. Assim, em um primeiro momento, com a migração da população do setor agrícola para o setor industrial a desigualdade se intensificaria, visto ser esse setor mais rico e mais desigual, e ainda pelo fato da renda do migrante ser inferior em relação à população já estabelecida.

No modelo da Curva de Kuznets haveria a mudança do estado estacionário da economia para uma economia dinâmica, onde o setor industrial demandaria mão de obra mais qualificada, até o ponto em que, pelo excesso desses profissionais, ocorreria a redução de seus

⁵ KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. American economic review, v. 45, n. 1, p. 1-28, 1955.

salários e, conseqüentemente, a queda da demanda por tais serviços qualificados. Com esse declínio, a procura por mão de obra sem qualificação expandiria e, posteriormente, o mesmo fenômeno seria observado, com a também decadência dessa demanda não especializada.

A *posteriori*, em decorrência da industrialização da economia e, por conseguinte, com o crescimento econômico, a maior parte da mão de obra estaria alocada no setor industrializado, de forma a configurar uma otimização na distribuição de renda, resultado da concentração de poupança oriunda da menor participação na renda dos indivíduos já estabelecidos no setor urbano.

Caracterizado estaria o famoso modelo de “U Invertido” de Kuznets, onde a desigualdade de renda se concentraria nos estágios iniciais de desenvolvimento econômico e, posteriormente, haveria maior igualdade na distribuição da renda.

Contudo, nos países em desenvolvimento, Kuznets observou que a redução da desigualdade somente ocorre nas fases finais do processo de crescimento, isto em razão do já existente maior acesso à saúde e educação, o que eleva a produtividade e acaba por minimizar os efeitos colaterais da vertiginosa industrialização e urbanização.

Para Kuznets, o impacto da industrialização e urbanização resta mais evidente nos países periféricos, gerando uma miséria material e psicológica proporcionalmente muito mais acentuada que nos países ricos. E mais, nos países em desenvolvimento o acúmulo de poupança é possível apenas para os mais afortunados, enquanto a estrutura desigual de distribuição de renda coexiste com baixas taxas de crescimento.

O autor, antecipando o atual posicionamento do Fundo Monetário de Investimento (FMI), previu que o acréscimo na desigualdade fará aumentar a pressão e os conflitos nacionais, implicando em mudanças drásticas na organização social e política dos países.

A validade da Curva de Kuznets tem sido ampla e intensamente investigada por muitos. Diversos estudos e métodos foram elaborados objetivando dissecar a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico, tanto para países desenvolvidos, como para países em desenvolvimento, mas a realidade da população brasileira e dos países periféricos, retratada por intermédio dos meios de comunicação, dão conta de que a desigualdade de renda, apesar de todas as políticas públicas voltadas para implementar o crescimento econômico, não tem diminuído, conforme previa a hipótese do U invertido de Kuznets.

Deste modo, a hipótese do “U Invertido” de Kuznets não tem sido corroborada pelos atuais panoramas por que passam a maioria das nações ainda em desenvolvimento. Mas a esperança dos menos favorecidos não se arrefece.

Os dados da Oxfam Brasil, coletados na pesquisa recente, já mencionada, revelam “um sentimento de otimismo individual com o futuro, na medida em que a maioria da população se vê ascendendo de classe social nos próximos cinco anos, o que contrasta com um sentimento majoritário de que o Brasil não reduzirá desigualdades no futuro próximo”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da presente discussão foi verificar a relação entre a desigualdade de renda no Brasil e o crescimento econômico, analisando se a desigualdade existente se configura como uma consequência ou um entrave ao crescimento econômico nacional.

Longe de abarcar toda a celeuma e os diversos posicionamentos que envolvem o tema, objetivou-se tecer considerações acerca da relação entre a situação díspare nacional e seu reflexo para o crescimento econômico.

Para tanto, foi utilizado como referencial teórico a hipótese da Curva de Kuznets, analisando se tal modelo é válido para os países em desenvolvimento como o Brasil.

Inicialmente, foi conceituado o que vem a ser crescimento econômico, apresentando os principais modelos que versam sobre ele.

Foi explanado, sucintamente, acerca das correntes que tratam do crescimento econômico, tendo sido apresentada, inicialmente, a corrente clássica, que assevera haver um limite máximo ao crescimento econômico imposto pela quantidade de terra arável.

Segundo o exposto, a corrente Keynesiana se baseia na premissa de que existe uma relação direta entre o coeficiente de investimentos de uma nação e o aumento de seu Produto Interno Bruto – PIB e a corrente neoclássica de Robert Solow apresenta como fonte de crescimento econômico a acumulação de capital, o crescimento da força de trabalho e as alterações tecnológicas.

Expôs-se o modelo de crescimento endógeno, que teve como precursor o economista português Rebelo, que assevera que o capital da produção do país é a soma do capital humano com o capital físico. E, por derradeiro, os modelos de Romer e de Lucas foram apresentados, modelos que aduzem que o conhecimento é a mola propulsora do crescimento, dando ênfase à intervenção estatal, considerando-se que o ótimo coletivo se sobrepõe ao ótimo privado.

A desigualdade também foi definida, especificamente a desigualdade de renda no Brasil. Ainda, foram expostos dados acerca da disparidade brasileira, aferidos pela ONG Oxfam Brasil.

Diante desses dados, utilizou-se a hipótese da Curva de Kuznets, conhecida como teoria do “U invertido”, como referencial teórico para verificar a relação entre o crescimento econômico e a desigualdade de renda observada nos países periféricos.

Foi salientado que a hipótese de Kuznets afirma que a desigualdade de renda se eleva nos estágios iniciais de desenvolvimento econômico e, posteriormente, tende a se estabilizar e diminuir mais adiante.

Com base nisso, almejou-se uma solução à indagação de Kuznets acerca da trajetória da desigualdade de renda nos países em processo de desenvolvimento, por intermédio de uma reflexão para além da análise econométrica, levando-se em conta o contexto da sociológico brasileiro.

Contudo, conforme os dados apresentados pela Oxfam Brasil, é possível afirmar que a desigualdade de renda mesmo diante dos vultuosos investimentos em crescimento econômico, não tiveram uma redução considerável, podendo ser assim, pelo menos inicialmente, rechaçada a hipótese de Kuznetz para o caso específico do Brasil.

Isto porque, conforme as pesquisas apresentadas, inexistem modificações salutares, percebidas nos últimos anos no Brasil, no que diz respeito ao mapa de acesso às garantias e direitos básicos do cidadão, como saúde, educação, infraestrutura e segurança.

Conclui-se, deste modo, que a desigualdade social é, simultaneamente, gerada pelo crescimento econômico e um obstáculo a esse mesmo crescimento. Ademais, poucas evidências foram ao encontro da validação da hipótese proposta por Kuznets no âmbito dos países periféricos, instando ressaltar que a desigualdade, até onde se comprova, pode ser amenizada por intermédio de políticas públicas efetivas por parte do Poder Público.

5. REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. The Political Economy of the Kuznets Curve. **Review of Development Economics**, v. 6, n. 2, 183-203, 2002.

ANAND, SUDHIR; KANBUR, S. M. R. The Kuznets process and the inequality development relationship. **Journal of Development Economics**, n. 40, p. 25-52, 1993.

BARROS, Laura Correa; GOMES, Fábio Augusto Reis. **Desigualdade e Desenvolvimento: a hipótese de Kuznets é válida para os municípios brasileiros?** Ibmecc SP WorkingPaper, n. 28, 2007. Disponível em <www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/download.php?recid=3101>. Acesso em: 17 jun. 2019.

FERNANDES, Antônio Teixeira. **Desigualdades e representações sociais**. In: Revista da

Faculdade de Letras. Sociologia, Porto, I Série, vol. 10, 2000, p. 203-214.

FERREIRA, Pedro Cavalcante; VELOSO, Fernando. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra**. In. Ferreira, Pedro *et al.* Desenvolvimento Econômico: Uma Perspectiva Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. .

FRANCO, Augusto de. **Pobreza & Desenvolvimento Local**. Aed: Brasília, 2002.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago: The University of Chicago, 1962.

KUZNETS, Simon. 1955. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, v. 45, n. 1.

_____. Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations: VIII, Distribution of Income By Size. **Economic Development and Cultural Change**, January, 1963, Part 2, 1-80.

Pesquisa publicada pela ONG Oxfam Brasil no site: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_nos_e_as_desigualdades_dat_afolha_2019.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019